

INFORME MENSAL

ANTI-REPRESSIVO

JULHO, 2006



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ANTI-REPRESSIVA

Síntese

Julho veu definido a nível repressivo por três acontecimentos: quanto o movimento soberanista, polo aumento da pressão policial e mediática que cada ano acompanha as entidades e a militância nas cercanias do Dia da Pátria e os 365 dias de privação de liberdade d@s patriotas galeg@s Ugio Caamaño e Giana Gomes; globalmente, pola promoção de dous anteprojectos de lei focados a reformular o modelo policial da CAG e adequá-lo ao processo de urbanização e concentração populacional em que estamos inserid@s.

Criminalização mediática e notável déficit de liberdades

Desde primeiros de mês despregava-se sobre a capital galega e os seus acessos um dispositivo de vigilância policial que foi justificado nos primeiros dias como parte dumha estratégia focada a controlar a delinquência de baixa intensidade. O posterior desenvolvimento do operativo evidenciava o seu carácter absolutamente político, umha vez que vinha determinado pola proximidade de 25-J e a perspectiva da comissão de sabotagens nacionalistas segundo já é *tradição* na jornada de luta pola soberania nacional.

Ao calor do relativo alarme sociológico produzido mediaticamente, efectivos da Guarda Civil, Polícia espanhola e municipal *tomavam* a capital galega, forçavam ainda mais as exíguas margens em que se exercem as liberdades fundamentais e, da media, procedia-se a umha campanha de satanização do independentismo que tivo como eixo a possibilidade de comissão de actos delitivos nas cercanias de 25-J. As agressões policiais contra os vizinhos C. Callón e J. A. S. F. som enquadráveis neste clima de onipresenç. A deflagração na madrugada do dia 21 dum artefacto explosivo na sede da construtora *Puentes y Calzadas, S. L.* de Sigüeiro foi o pistoletaço de saída para os meios colocar no pelourinho o MLNG. Embora autoridades políticas e policiais se mostraram reacias a apontar a inspiração política da acção, as principais cadeias de rádio, televisom e jornais *decidiam* extrajudicialmente adjudicar umha difusa responsabilidade penal o independentismo organizado e desatavam desde o dia 22 a enésima campanha desinformativa.

Evidência do clima de linchamento imposto nas proximidades de 25-J, que foi vivido de modo mais agudo na capital galega, é a publicação por parte do diário de direito *El Correo Gallego* dumha informação policial segundo a qual vinte pessoas com "um perfil

violento" (!?) estariam sendo vigiadas desde havia semanas polas FSE. De facto, segundo confirmamos através de testemunhas, a profusom de seguimentos personalizados foi habitual nos dias prévios a 25-J e entremesturou-se com a perseguição policial de militantes que difundiam a convocatória autodeterminista das BDG. Por sua parte, o governo municipal de Compostela vetava a utilização dumha praça pública para os actos programados pola organização juvenil AMI. a e impunidade policial.

Pres@s independentistas: 365 dias privad@s de liberdade

@s patriotas galeg@s Giana Gomes e Ugio Caamaño cumpriam o seu primeiro ano de prisom nos cárceres espanhóis de Brieva (Ávila) e Cáceres, respectivamente. O aniversário das detenções, a situação de vulneração dos direitos legais em que se encontram e a demanda de imediata repatriação tivérom a sua expressom reivindicativa nos actos de 24 e 25 de Julho e, especialmente, no despregamento organizativo e informativo realizado por Ceivar no Dia da Pátria.

Repressom e ilegalização

Dado resenhável foi a difusom da notícia de que a causa aberta contra a formação juvenil Briga para a sua declaração como *associação ilícita* fora definitivamente sobreseída: a Justiça espanhola declarara suspenso de modo provisório em 26 de Janeiro o processo iniciado pola Guarda Civil em Junho de 2005. Semanas após, a ilegalização era descartada de forma definitiva polo órgão judicial responsável. A conclusom do processo intepretou-se pol@s afectad@s como "vitória parcial".

A resolução final da causa confirma a tese sostida do trabalho anti-repressivo independentista segundo a qual neste momento o Estado espanhol, agindo dumha perspectiva de pura *eficácia repressiva*, nom ia empregar esse recurso, dado que medidas repressivas de menor calado e espectacularidade logriariam idênticos objectivos sem produzir a solidariedade e a sensibilização social que potencialmente desataria umha sequência de ilegalizações. Aliás, partindo de que o critério repressivo nom é apenas *técnico*, mas essencialmente político, o grau de desenvolvimento orgánico e inserçom social da mocidade independentista nom convidaria ao emprego de medidas extraordinárias como a assinalada.

Os factos invalidam finalmente a perspectiva das *ilegalizações em série*; evidenciam que Madrid opera estritamente de parâmetros de

rendibilidade –selecção de objectivos, mínimo investimento e máximo efeito- e ispem de virtualidade a práxis que olha no fenómeno repressivo a alavanca para procurar protagonismos, modulando em função desse objectivo a análise dos acontecimentos e construindo um discurso sobre a repressão que se desajusta da realidade.

Ataques a meios e associacionismo

Julho deitou novas evidências de que a repressão de baixa intensidade dos meios de comunicação alternativos e o tecido associativo nacionalista de base não se desenvolve por acaso: a abertura dum novo processo judicial contra o jornal soberanista *Novas da Galiza* por parte do Serviço de Vigilância Alfandegueira (SVA) mostra até que ponto na Galiza a difusão de informação crítica está gravemente comprometida nas actuais circunstâncias de *déficit democrático*.

Por sua parte, o centro social ourensano A Esmorga recebia novamente a visita da repressão trás a reabertura: 6 agentes da Polícia municipal deslocavam-se à ceia organizada no local social para identificar @s assistentes à mesma e praticar uma detenção.

Modelo policial da CAG e adesão nacionalista

Dois iniciativas legislativas focadas à readaptar a vigilância e a repressão a uma realidade urbana em mudança acelerada tiveram lugar nos últimos 30 dias: os anteprojectos de Lei de Criação da Polícia da Galiza e de Coordenação das Polícias Locais da Galiza. O primeiro constitui um dos primeiros passos face a criação dum corpo policial de direcção autónoma plenamente subordinado às FSE; o segundo visa um reforço das Polícias locais nos principais núcleos urbanos da nação.

A adesão do nacionalismo *maioritário* a estas medidas institucionais que anunciam um recorte estratégico das liberdades públicas e a maior policiação da vida comunitária é explícita no plano simbólico e fáctico, embora por vezes se apresente sob formas aparentemente *críticas*.

Repressão laboral e sindical continua

A vulneração dos direitos democráticos mais elementares nas empresas da Galiza continuou sendo, como era de esperar, a *normalidade* diária para milhares de trabalhador@s. Fazer aqui a nómina de abusos e violações da liberdade sindical seria interminável. Apenas resenharemos 3 casos significativos desenvolvidos no informe: *Caixa Galicia*, *Gesuga*, *S. L.* e o desalojamento policial de 6 sindicalistas da CIG dos locais do SVA. Impunidade empresarial, cumplicidade da casta política e emprego da força seguirão sendo os

meios empregues para abordar conflitos de raiz sócio-laboral e tratar de *resolvé-los* por meio da repressão.

Sistema penitenciário da CAG: massificação e insalubridade

Novas estatísticas punham de relevo a situação em que se encontra uma instituição repressiva por excelência como o sistema carcerário espanhol na Galiza: 4149 pessoas presas nos 5 cárceres da CAG, uma massificação que excede em 160% a habitabilidade real e 34 pessoas mortas sob custódia em todo o Estado nos centros de reclusão e detenção durante o primeiro semestre de 2006.

A deterioração das condições de encarceramento teve nos centros de Monte Roso e Teixeira os seus elementos mais representativos.

Um ano de informação anti-repressiva na rede

O nosso portal na Internet cumpria 365 dias de actividade colocando-se por volta de 200 pessoas que acedem diariamente e com um número de 6000 visitas mensais. Embora os resultados são ainda cativos consideramos que tanto esta ferramenta quanto os informes anti-repressivos que mensalmente enviamos a centos de pessoas cumprem um papel a considerar na socialização e denúncia do fenómeno repressivo na Galiza.



6 de julho do 2006

34 pessoas morreram estando sob custódia do Estado no primeiro semestre de 2006

O Estado de que @s galeg@s fazemos parte sem possibilidade de livre decisom situa-se nos primeiros postos da UE em número de pessoas presas em relação a população, casos de vulneraçom dos mais elementares direitos humanos por parte de funcionários de prisom e agentes da FSE e, também, mortes sob custódia policial ou penitenciária. O informe elaborado polo Centro de Documentaçom contra a Tortura nom deixa lugar a dúvidas: a permanência sob 'vigilância' d@s funcionári@s do Estado ligad@s à prática da repressom é umha actividade de risco.

Trinta e quatro pessoas faleciam no primeiro semestre deste ano quando se encontravam em dependências policiais e carcerárias, é dizer, submetidas ao controlo e a vigilância de funcionári@s estatais encarregad@s da protecçom da sua integridade física. No nosso País e durante o primeiro semestre de 2006 faleciam duas pessoas privadas de liberdade nos centros penitenciários da Lama (Terra de Montes) e Monte Roso (A Ulhoa). Trata-se no primeiro caso do moço galego de 21 anos R. F. A. falecido no passado 18 de Março. Além deste jovem, o informe assinala que sete presos falecêrom nos últimos dous anos no cárcere de Monte Roso, colocando este centro penitenciário nos primeiros postos do ranking estatal de mortes em relação ao número de pessoas reclusas.

Convidamos a conhecer o trabalho elaborado polo Centro de Documentaçom contra a Tortura no linque que se anexa na parte inferior desta notícia.

http://www.nodo50.org/tortura/spip/article.php3?id_article=1377

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=406>



Eurocâmara assevera que “alguns” governos da UE conheciam os vos secretos da CIA

Executivos europeus encontravam-se ao tanto da prática de vos ilegais por parte da agência de inteligência estadounidense CIA, o sequestro e transferência de prisioneir@s polític@s e a prática da tortura em terceiros países. Isto é quanto menos o que asseverou este meio-dia o pleno do Parlamento Europeu (PE) trás aprovar a maioria das conclusons preliminares da comissom que investiga a utilizaçom do território da UE para a transferência ilegal de detid@s polos serviços secretos USA.

O informe elaborado polo PE afirma nos seus conteúdos mais importantes que considera “inverosímil” que “alguns” Executivos estatais desconhecem as práticas desenvolvidas nos seus próprios territórios pola inteligência USA. A informaçom que recabamos nom nomeia quais os Estados europeus implicados em sequestros e torturas. O texto aprovava-se com os votos de 384 deputad@s a favor, 137 em contra a 55 abstençons. Inicialmente, o informe nom contava com o apoio do Partido Popular Europeu (PPE), mas a introduçom de diversas emendas empurrou o alemao Hans-Gert Poettering, lider do PPE, a pedir o voto favorável ao documento.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=407>

7 de julho do 2006

Polícias munich país agridem de noite brutalmente um cidadám na Alameda de Compostela

Covardia e impunidade. Se calhar estas som as duas divisas mais resenháveis que caracterizam o sector mais beligerante e violento da Polícia municipal da capital galega às ordens do governo de coligaçom PSOE-BNG. O vizinho J. A. S. F. tivo a possibilidade de conhecer em própria carne o passado dia 23 de Junho na Alameda de Compostela como age o corpo repressivo local quando a essa habitual impunidade e covardia se unem o amparo da noite e a ausência de testemunhas.

Segundo informaçoms de absoluta fiabilidade manejadas por Ceivar, o cidadám J. A. S. F. encontrava-se na Alameda de Compostela na data citada quando se aproximou dele um carro patrulha do 092 local ocupado por dous agentes. Trás estacionar a viatura, o agente que conduzia o carro dirigiu-se o interpelado para exigir-lhe a documentaçom, acedendo este à petiçom policial e respondendo aquel com umha atitude despótica e cominando-o a subir ao carro policial sem explicaçoms nem motivaçom aparente.

A partir deste momento dispararam-se os acontecimentos. J. A. S. F., sem negar-se em nengum momento a obedecer as ordens dos agentes armados, requer umha explicaçom de por que devia subir ao veículo e solicita ao agente em questom que o informe de jeito claro e concisso de se se atopa detido e, em caso de ser assim, quais som as causas que motivam a detençom. A resposta do polícia interpelado perante o exercíco das garantias formais do disposto no artigo 17 da Constituiçom espanhola é fazer um sinal ao copiloto, que por detrás propina um brutal porraço na cabeça a J. A. S. F. e outro no rosto, quando o agredido se vira para olhar de onde procede a agressom. Trás receber os golpes, J. A. S. F. cai ao chao e é algemado com extrema dureza por parte dos dous agentes municipais. As algemas som-lhe apretadas de forma desnecessária, chegando a curtar-lhe a circulaçom sanguínea e, a continuaçom, é arrastado polo chao e introduzido no veículo policial. O estado físico do agredido deveu 'preocupar' nalgum momento os agentes, umha vez que este é conduzido imediatamente ao Hospital Clínico de Compostela e ingressado por Urgências. Um parte hospitalário documenta as lesoms sofridas por J. A. S. F. a maos dos que se chamam a sim próprios 'servidores da ordem'.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=408>

8 de julho do 2006

Agentes da Guarda Civil assaltam activistas das Bases Democráticas no Milhadoiro

O exercíco da liberdade de expressom segue a ser umha carreira de obstáculos na comarca de Compostela. Dous activistas das Bases Democráticas Galegas eram literalmente assaltados na madrugada de hoje por agentes uniformados da Guarda Civil espanhola quando colavam cartazes no Milhadoiro (Ames) difundindo a convocatória das BDG para o próximo Dia da Pátria.

B. M. e A. S. P. fôrom agarrados polos braços por parte da parelha policial que, aliás, pretendia requisar os cartazes que estes colavam e solicitava a identificaçom de ambos cidadáns. Dado que A. S. P. demandou os números de placa dos dous agentes antes de identificar-se, foi algemado e conduzido às dependências que o instituto arma-



De Ceivar cursará-se na semana que entra umha denúncia judicial contra os dous agentes da Guarda Civil, procurando estender progressivamente esta mínima prática de autodefesa legal a todas as detenções, retenções e identificações ilegais de que som objecto regularmente militantes independentistas em todo o País.

Por outra parte, segundo informárom vizinhos do Milhadoiro, agentes do corpo repressivo espanhol retiravam há quinze dias as faixas colocadas por militantes de Ceivar nos passos elevados da paróquia para demandar a transferência à Galiza d@s pres@s independentistas Giana Gomes e Ugio Caamanho.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=409>

Anteprojecto de lei de criação da Polícia da CAG desenha um corpo repressivo totalmente subordinado às FSE

O processo institucional tendente à criação dum corpo policial operativo exclusivamente no âmbito da CAG segue desenvolvendo-se. A administração autonómica concluiu nesta semana a redacção do anteprojecto de lei de criação da 'Polícia da Galiza'. A Conselharia da Presidência que preside Méndez Romeu, dirigente do sector 'vazquista' do PSOE, é a autora do texto legal que define um corpo repressivo concebido como "apoio" da Polícia espanhola e a Guarda Civil na Galiza.

Ordenação do trânsito rodado –competência inexistente no actual Estatuto de Autonomia-, cumprimento das normativas urbanísticas, ambientais, patrimoniais e de jogo, delitos contra a liberdade sexual e violência no âmbito familiar configuram o grosso do tecto competencial do futuro corpo repressivo. No entanto, as competências centrais de qualquer instituição policial ficam em maos das Forças de Segurança do Estado (FSE), que se reservam a ordem pública, a Polícia Judicial, todo o referente à denominada Segurança Cidadá, etc.

Conforme é definido no anteprojecto de lei de Presidência, o futuro corpo repressivo funcionará como "apoio" e em cooperação com as FSE e disporá dum serviço de inteligência próprio focado a recabar informação e dados para o uso policial. O titular da conselharia sostivo que o texto é um "acontecimento histórico" e defendeu os modelos descentralizados como os ótimos para "aplicar as melhores políticas de segurança interior onde a protecção dos direitos e liberdades e a prevenção primam sobre os aspectos meramente repressivos".

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=410>

Intenso desdobramento policial na capital perante o Dia da Pátria justifica-se pola "presença de cacos" e "as rebaixas"

A celebração do Dia da Pátria de 2006 virá novamente acompanhada dum amplo despregamento policial nas ruas e praças da capital galega. Quando menos isto é o que, utilizando informação policial, anunciava nas páginas locais de Compostela a edição de ontem do diário espanholista 'La Voz de Galicia'. A notícia nom indica quais as cifras exactas do operativo, mas aponta um permanente em crescendo da presença policial desde esta semana até a celebração da jornada de luta nacional pola soberania.



Segundo a citada informação, o desdobramento repressivo organizaria-se "contra os cacos na catedral e as rebaixas", umha vez que as autoridades aguardariam um aumento dos furtos em locais de aglomeração perante a proximidade do Dia da Pátria. Assim, 'La Voz de Galicia' afirma que "os efectivos policiais reforçárom a sua presença nas zonas mais sensíveis" e aumentarám esta face o 25 de Julho. No entanto, as citadas "zonas mais sensíveis" estendem-se à prática totalidade da cidade, dado que tanto no casco histórico quanto no Ensanche haverá umha importante massificação e a presença do pequeno comércio é muito importante.

Fontes da esquadra da Polícia espanhola às que se remite a jornalista Marga Mosteiro desmintem parcialmente a dramatização dos factos apontados e asseguram que "o número [de furtos] é ainda reduzido e a presença de amigos do alheio ainda escassa". Contudo, o dispositivo policial desdobrará-se igualmente segundo o desenhado.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=413>

Publicamos na íntegra a declaración da Asociación de Familiares de militantes encausad@s na 'Operación Castiñeiras'



No pasado mês de Maio celebrava-se a rolda de prensa de presentación oficial da Asociación de Familiares e Amizades de Encausad@s pola 'Operación Castiñeira', unha comisión de persoas vinculadas aos e ás treze independentistas –maioritariamente, militantes da AMI- que desde o pasado 14 de Novembro fôrom detid@s en diversos puntos da Galiza e imputados num suposto delito de 'asociación ilícita'. Embora o sumário da causa segue sob segredo e @s advogad@s d@s militantes desconhecem qual o calado real do proceso repressivo, familiares e amizades já decidírom tomar cartas no assunto e denunciar as arbitrariedades de que están a ser objecto.

Nota de prensa da Asociación de Familiares e Amizades de Encausad@s na 'Operación Castiñeiras'

Aos meios de comunicación e á sociedade galega:

Vén de constituir-se a Asociación de familiares e amizades de encausad@s pola 'Operación Castiñeira'.

Somos un grupo de familiares e amig@s das 11 persoas que foron detidas nos días 14 de Novembro e 29 de Decembro de 2005, datas en que os domicilios d@s nos@s fillos e fillas foron asaltados por Grupos Especiais da Guarda Civil, levando innumerábeis pertenzas e obxectos persoais: fotografías, libros, ordenadores, escrituras de propiedade, etc., etc.

Nesa operación espectacular foron detid@s e trasladad@s a Madrid, onde foron tod@s post@s en liberdade sen que tivesen que prestar declaración xudicial.

Queremos denunciar e poñer en coñecimento da opinión pública que todo este proceso está plagado de irregularidades, empezando polo secretismo que o rodea e que impide que @s nos@s familiares poidan saber de que se lles acusa, se é que se lles acusa de algo mais que de simpatizar cunha determinada idea da Galiza.

Nestes meses de procedemento, non se puido saber de que feitos son acusad@s, puxéron-se innumerábeis trabas para a designazón de advogados defensores, obstaculizou-se a presentación de calquer tipo de escrito, e os escritos presentados foron devoltos sen prestar-lles a mais mínima atención.

Tamén queremos denunciar que o caso pasou xa por tres Xulgados distintos, sen que nengún deles se queira facer cargo do caso, nen tampouco se decida o levantamento do segredo sumarial ou o arquivo das actuacións. Moito tememos que o baile de Xulgados, do cal sabemos polos medios de comunicación, aínda non rematase, prolongando así a nosa angústia e a d@s nos@s familiares.

Outra das curiosidades do asunto é que, mentres aos directamente afectad@s nada se lles informa, cada certo tempo se publican na prensa noticias confusas sobre a marcha do procedemento, cuxa base real non podemos contrastar, dado o segredo xudicial.

Moito tememos que nun proceso carente de garantías coma este, a sentenza se dite moito antes de que se celebre o xuízo.

Por iso, dicemos:

- 1.- Pasou tempo mais que suficiente para que as instancias xudiciais digan algo claro.*
- 2.- Se todo é como dun principio parecía e non hai nada que se lles incrimine, que acaben coa nosa angústia e incerteza.*
- 3.- É hora de que se poña fin ao atropelo dos dereitos fundamentais d@s nos@s fill@s e que se levante o estado de excepción a que se lles ten submetid@s.*
- 4.- Non aos xuízos contra as ideas.*
- 5.- Hoxe pasa aos nos@s fill@s e amig@s, mañá poden ser outr@s: @s teus.*

Asociación de Familiares e Amizades de detid@s pola 'Operación Castiñeiras'

*Galiza, Primavera de 2006
Tfne. 646 859 851*

10 de julho do 2006

Empresa apoiada pola administración da CAG despide 3 traballadores por presentar-se nas listas da CIG

Em mais de umha ocasión temos denunciado neste portal a estendida práctica da coacção sócio-laboral e os procesos repressivos que se practican no mundo do traballo e, particularmente, sobre os sectores mais activos do sindicalismo nacionalista. Umha práctica de aplicación generalizada que evidencia até que ponto os mais elementares dereitos civís e democráticos formais están sequestrados nos centros laborais da Galiza. Gesuga, S. L. (Gestora de Subprodutos da Galiza, S. L.) é a última compañía em somar-se à sequência.

A compañía dedica-se à recollida de preias para o seu posterior tratamento e vem de por na rua três operários que se apresentavam às eleccións sindicais polas listas da CIG. A central nacionalista anunciou que solicitará a nulidade dos despedimentos e a reincorporação dos despedidos hoje 10 de Julho no Serviço de Mediação, Arbitragem e Conciliação (SMAC). Mais de quarenta traballador@s direct@s na factoria principal de Cerzeda compoñem o quadro de pessoal da empresa.

Por parte da CIG, a sindicalista Dores Martínez Castelo, responsable comarcal de FGAMT-CIG em Crunha, declarou que a empresa utilizou argumentos falsos para justificar os despedimentos e que o pano de fondo do conflito nom é outro que o facto de que os métodos de Gesuga "o que encerram é umha práctica antidemocrática, de repressom sindical e de violación d@s dereitos d@s traballador@s", dado que o que vulnera é a possibilidade de qualquer traballador/a eleger @s seus representantes laborais.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=414>



Caixa Galiza intimida e coacciona @s traballador@s para alcanzar os 300 millóns de ganho anual

Coerçom e repressom laboral. A política de pessoal da entidade financeira Caixa Galiza pujo-se no presente curso ao serviço de alcanzar os 300 millóns anuais de ganho neto. O reverso sócio-laboral da meta económica é a generalización dos cessamentos de traballador@s, as transferências de centro de traballo e umha sistemática pressom e intimidación contra @s operári@s da entidade financeira, que se mobilizáron no pasado día 6 perante o escritorio principal de Caixa Galiza em Vigo para denunciar as ameazas e coacções de que som obxecto.

Desde 2006, o pessoal da entidade financeira é obrigado a vender produtos nom financeiros (motocicletas, televisons, etc.), desenvolvendo este serviço mesmo fora do tempo de jornada laboral e em postos instalados em grandes áreas comerciais. O Convénio Colectivo de Poupança 2003-2006 é o texto a que se acolhe a empresa para impor o novo modelo de organización do traballo. Aliás, graças aos acordos pactados por CCOO, UGT e CSICA, Caixa Galiza estendeu sem limite a mobilidade funcional e nom negociará o catálogo de postos.

http://www.galizacig.com/actualidade/200607/nova_mobilizacion_cig_caixa_galicia_contra_presion.htm

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=415>

11 de julho do 2006

Informe paraoficial assinala o carácter racista e etnicista das Forças de Segurança do Estado

'As Forças de Segurança e as Minorias Étnicas, Imigrantes e Ciganos' é o confuso título dumha investigação paraoficial focada a conhecer a relação entre as FSE e determinadas 'minorias étnicas' presentes no Estado espanhol. Elaborado de umha óptica de reformismo policial que visa 'corregir' certas práticas contrárias aos mais elementares direitos das pessoas, o informe assevera que "a polícia para as pessoas de grupos raciais ou étnicos [refere-se apenas a cigan@s e pessoas sem cidadania espanhola] em número desproporcionado em relação com a sua actividade criminosa".

Pode-se olhar mais informação no linque inferior

<http://presos.causaencantada.org/drupal/files/informe.pdf>

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=417>



Touriño enaltecerá Espanha numha Compostela tomada por efectivos policiais durante o 25-J

Diz-se que em política apenas contam os factos. Se o asserto é real, a seguinte notícia é do mais significativa. Emilio Pérez Touriño foi nomeado hoje Delegado Régio por parte da Coroa espanhola para representar esta no vindouro 'Día del Patrón de España', festividade institucional coincidente com a celebração do Dia da Pátria. Enquanto a capital galega viva de facto sob um estado policial e milhares de nacionalistas exijam na rua o reconhecimento do direito de Autodeterminação, o presidente da administração

autonómica louvará a 'pátria común e indivisible' a meio dum clima de suspensom de direitos e liberdades.

A celebração do 'Patrón de España' é umha tradição enraizada no franquismo e focada a enaltecer a 'indivisibilidade da nação espanhola'. Historicamente, a celebração da data institucional coincide com a jornada de luta pola soberania conhecida como Dia da Pátria e manifesta-se na ocupação da capital galega por efectivos policiais e umha suspensom significativa de direitos e liberdades que já se pujo de relevo nos últimos dias com a proliferação de identificações de cidadá(n)s e um incremento notável da presença policial.

Segundo informamos a semana passada, o dispositivo policial que envolve a celebração do Dia da Pátria irá in crescendo até o próximo 25 de Julho segundo afirmárom fontes policiais. Embora ainda nom se figérom públicos dados quantitativos sobre o operativo, preve-se umha maciça presença de agentes da Polícia espanhola e municipal e umha restrição importante do direito de circulação e da liberdade de expressom e reuniom na linha do ocorrido nos últimos anos.

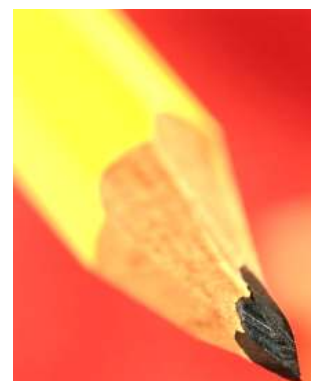
<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=416>

Apresentamos o informe anti-repressivo correspondente ao mês de Junho

Continuando com a linha de trabalho aberta nos últimos meses, apresentamos o informe mensal anti-repressivo correspondente a Junho de 2006. É a nossa intenção ir melhorando estes informes mês trás mês, e por isto no sucessivo este informe e os seguintes incorporarám umha análise da situação repressiva no nosso País.

Em próximas edições trataremos de incorporar novas melhoras que fagam progressivamente deste informe umha referência da actualidade anti-repressiva da Galiza.

<http://www.ceivar.org/infJunh06.pdf>



14 de julho do 2006

Quarenta polícias espanhóis desalojam pola força seis sindicalistas da CIG do despacho do director do SVA

A violência volvia fazer ontem acto de presença num conflito sócio-laboral para dirimir a resolução deste. Segundo informa hoje o sítio web da CIG, seis sindicalistas da central nacionalista eram desalojados pola força na tardinha de ontem trás ocupar o despacho do director geral do Serviço de Vigilância Alfandegueira (SVA). A tentativa dos sindicalistas de negociar directamente com Luis Pedriches o Acordo de Horários Especiais do SVA e ultrapassar o bloqueio da mesa de negociação resolvia-se com umha nova intervençom policial.



A ocupaçom do despacho institucional fazia-se “à vista de que nom havia nengumha intençom, por parte dos responsáveis para concretar umha entrevista e perante a falta de interlocutores válidos”. No entanto, Pedriches nom era quem se apresentava perante os sindicalistas, mas a directora de Recursos Humanos que, segundo denuncia a CIG, “ameaçou com o desalojamento e com umha oferta dumha possível reuniom ao dia seguinte”. A ameaça fazia-se efectiva com a chegada de quarenta polícias espanhóis e o desalojamento dos sindicalistas passadas as 20:00 da tarde.

Informaçom mais detalhada em :

http://www.galizacig.com/actualidade/200607/corenta_policias_desaloxar_seis_sindicalistas.htm

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=419>

Polícia espanhola reforça o controlo nas estradas de acesso à capital até o Dia da Pátria

A notícia aparece hoje no diário La Voz de Galicia citando como referência informativa fontes policiais espanholas. A partir do dia de ontem e até a celebraçom do Dia da Pátria, efectivos das FSE reforçarám a sua presença e vigilância em todos os acessos por estrada à capital galega. Este dispositivo vem-se somar ao importante despregamento policial que se produziu nas ruas de Compostela nos últimos dias e que, deste portal, denunciamos como umha fonte de ataques aos direitos e liberdades da cidadania.



Embora o dispositivo foi justificado a semana passada através dos meios oficiais como resultado da maior “presença dos cacos” durante esta época e “as rebaixas” (sic), o desdobramento progressivo do operativo policial demonstra que os objectivos nom se situam realmente neste plano, mas numha vigilância intensiva da capital galega com a vista posta na jornada de luita pola soberania nacional do Dia da Pátria, à que acodirám milhares de pessoas a reivindicar a condiçom nacional da Galiza e o reconhecimento do direito de Autodeterminaçom para o País.

Ampliar informaçom no linque inferior

<http://ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=413>

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=420>

17 de julho do 2006

Cumprimos o primeiro aniversário da nossa presença informativa constante na Internet

Tal dia como hoje, há agora um ano, o organismo popular anti-repressivo Ceivar abria umha nova frente de intervenção: a presença regular na rede. Durante estes doze meses de trabalho informativo conseguimos manter a denúncia constante dos principais processos repressivos ocorridos no País, nom apenas os referidos a pessoas, organizaçõs e colectivos vinculados ao MLNG, que configurárom o grosso da nossa prática informativa, mas também aqueles que pugérom no seu alvo os sectores mais activos e contestatários da cidadania galega, os centros de detençom e reclusom, etc.

Três centas quarenta e oito notícias (348) fôrom publicadas neste primeiro ano de vida activa do portal www.ceivar.org, enquanto nos encontramos próximos das 6000 visitas mensais (5917 em Junho) e com umha meia de 200 pessoas distintas acedendo diariamente à nossa informaçom (IPs diferenciados). Aliás, o ritmo intermensual de crescimento das visitas foi constante, situando o portal como um modesto referente informativo que deveremos potencializar na denúncia e socializaçom da repressom política e social. Finalmente, figemos deste um bom instrumento para sorteiar a censura da mídia oficial e servir informaçom rigorosa à comunidade nacionalista.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=421>

Justiça espanhola aborta o processo de ilegalizaçom aberto em 2005 contra Briga

O processo judicial tendente à declaraçom da formaçom juvenil independentista Briga como ‘associaçom ilícita’, iniciado publicamente pola Guarda Civil em Junho de 2005, foi finalmente paralisado pola Justiça espanhola. A instituiçom judicial considerou a inexistência de fundamentos objectivos para resolver a questom na direcçom que apontava o instituto armado espanhol. A remota possibilidade de que a organizaçom juvenil fosse ilegalizada esvaia-se em 26 de Janeiro, trás ditar-se o auto de sobressimento provisório que, actualmente, é definitivo.

A notícia de que a ilegalizaçom fora abortada fazia-se pública em 7 de Junho em Crunha a perguntas do público assistente a umha mesa redonda sobre direitos civis celebrada no local social Atreu. A resoluçom do processo vem validar a tese sustentada por Ceivar desde Junho de 2005, segundo a qual, na conjuntura sócio-política existente na Galiza e dado o grau de desenvolvimento do MLNG, resulta mais do que improvável que o Estado recorra a este tipo de medida repressiva extraordinária podendo lograr a eficácia repressiva desejada através de políticas muito menos espectaculares.

Trás vir abaixo a iniciativa da Guarda Civil contra Briga, continua aberto um outro processo tendente à ilegalizaçom da AMI. Sete meses após as dez detençõs de Novembro, o sumário contra a organizaçom decana do independentismo juvenil continua sob segredo e desconhece-se inclusivamente que tribunal espanhol dirimirá finalmente a causa que se abria a nível público em 14 de Novembro passado e era baptizada pola Guarda Civil com o nome de ‘Operación Castiñeira’. A investigaçom continua aberta e, portanto, som relativamente prováveis novas detençõs de militantes galeg@s seguindo a linha de actuaçom policial imposta nos últimos meses.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=422>

Guarda Civil e Polícia espanhola visitam com regularidade quase diária o portal de Ceivar

O trabalho de denúncia da repressom nom passa desapercibido para as direcçõs dos corpos encarregados de exerce-la. Assim, segundo pudemos comprovar a partir da revisom dos IPs que nos visitam –número de identificaçom dum determinado computador-, tanto a Direcçom Geral da Guarda Civil quanto a Direcçom Geral da Polícia espanhola se tomam a moléstia de fiscalizar regularmente o trabalho de contra-informaçom que elabora este portal.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=423>

18 de julho do 2006

Governo municipal compostelano proíbe à AMI usar a praça solicitada para os actos de 24-J

A câmara municipal da capital galega volve aplicar ao independentismo a lei do funil. Segundo se informa no sítio web da organização juvenil independentista AMI, a coligação de governo PSOE-BNG vem de denegar a 'concessom' da Praça 8 de Março para a celebração da 12ª edição dos tradicionais actos de 24 de Julho. Como alternativa, o alcalde Sánchez Bugallo propom umha praça nom solicitada e carente das mínimas condições exigíveis para a celebração do concerto programado.

A trapaça administrativa do PSOE-BNG encena por enésima vez as condições de extrema excepcionalidade em que se devem desenvolver as iniciativas do entramado organizativo independentista em Compostela. Segundo denuncia a AMI, as tentativas realizadas para concretizar qual a praça 'concedida' fôrom respondidas com "evasivas ou negativas" e resolviam-se, finalmente, com umha proposta municipal que nom reúne as condições mínimas exigíveis para a realização dos actos da madrugada do Dia da Pátria.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=424>

19 de julho do 2006



Polícias locais e espanhóis sabotam convocatória das BDG pola Autodeterminação

Conforme nos aproximamos do Dia da Pátria, a presença policial multiplica-se por toda a parte na capital. Além dos controlos de agentes armados nas estradas de acesso a Compostela, a circulação de parelhas mixtas de agentes espanhóis e municipais ou a proliferação da presença policial à paisana, as exíguas margens em que se exercia a liberdade de expressom constrangirom-se ainda mais. A imposiçom dum estado de excepçom encuberto é umha realidade nos últimos dias.

Activistas que a noite passada tratavam de difundir a convocatória do Dia da Pátria das BDG fôrom imediatamente localizad@s por efectivos policiais, identificad@s e posteriormente denunciad@s por 'desobediência à autoridade'. P. A., A. S. e J. P. eram 'detectad@s' perto da Praça do Pam recém iniciada a colagem da convocatória legendada como 'Estatutos nom: AUTODETERMINAÇOM' que impulsiona BDG. Dous carros patrulha do 092, um patrol municipal, seis agentes locais e umha parelha de agentes da Polícia espanhola à paisana compunham o 'dispositivo' destinado a impedir o exercício da liberdade de expressom e evitar que a convocatória autodeterminista tenha qualquer presença na rua.

Os agentes procedérom a rodear literalmente @s membros das BDG e identificar est@s advertindo-@s de que, de continuarem com a actividade proibida por ordenança municipal, seriam denunciad@s por 'desobediência à autoridade'. Em todo momento os representantes da autoridade negárom-se a mostrar os seus números de placa identificativos, embora se tratar dumha obriga legal que devem cumprir quando interactuam com a vizinhança e esta solicita a sua identificação. Trás os 20 minutos durante os que se prolongou a retençom, @s três activistas continuárom exercendo o seu legítimo direito à liberdade de expressom e colando os cartazes das BDG em diversos pontos da cidade sob um permanente seguimento policial. Finalmente, eram novamente identificad@s e denunciad@s por 'desobediência à autoridade' na rua Pitelos, perto do bairro de Sar. Nesta ocasiom, os cartazes nom fôrom requisados. Um agente gavou-se perante @s identificad@s da sua pertença às forças de ocupaçom espanholas.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=425>

21 de julho do 2006

Meios procedem unanimemente a responsabilizar independentismo trás a açom de Sigüeiro

A incapacidade das principais empresas de comunicação da Galiza para diferenciar independentismo e violência política chega ao ponto de alicionar sistematicamente a cidadania na suposta identidade entre um movimento sócio-político, umha proposta estratégica de País e um método ilegal de intervenção política. A açom realizada ontem em Sigüeiro contra a empresa Puentes y Calzadas revelou de novo esta interessada confusom de consideráveis efeitos sociológicos e da que podem derivar mesmo graves consequências penais e repressivas.

Embora se desconhecem quem podem ser @/s autor@s da voadura de sede central da construtora e, segundo fontes policiais, nom existem provas que determinem a inspiraçom política da açom, a totalidade dos meios de difusom de massas nom duvidam em adjectivar hoje nos seus titulares a sabotagem como "independentista" e atribuir a responsabilidade penal a uns etéreos "grupos independentistas radicais", fórmula indicativa da absoluta falta de dados concretos e que estende indirectamente a responsabilidade penal a umha ideologia política.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=426>

Ceivar apoia a mobilizaçom convocada polas BDG em defesa do direito de Autodeterminaçom

Respondendo à nossa condiçom de organismo anti-repressivo integrado politicamente num todo mais amplo denominado Movimento de Libertaçom Nacional Galego, Ceivar acordava na última Mesa Nacional aderir à mobilizaçom do Dia da Pátria convocada polas Bases Democráticas Galegas (BDG) em favor do reconhecimento e o exercíco do direito de Autodeterminaçom pol@s galeg@s.

A nossa adesom à mobilizaçom das BDG nom suporá a participaçom activa na manifestaçom cuja saída está programada para as 13:00 h. do dia 25 de Julho da Alameda de Compostela, dado que o organismo desdobrará umha intervençom própria nessa jornada destinada a dar a conhecer e denunciar perante o conjunto da base social do nacionalismo a continuidade da 'Operación Castiñeira', as demandas de repatriaçom e liberdade d@s pres@s independentistas e a denúncia



22 de julho do 2006

Activamos o apartado de ligaçoms anti-repressivas nacionais e internacionais do nosso web

A dia de hoje vimos de activar a secçom de linques nacionais e internacionais do portal ao que se poderá entrar da página de início. O critério selectivo cinge-se a portais que intervenham no âmbito da defesa dos direitos e liberdades, a denúncia da repressom política e social e a solidariedade com @s pres@s polític@s.

A presente listagem é provisória, porquanto aguardamos proceder ao seu alargamento permanente a medida que vamos dispendo de notícias sobre outras organizaçoms e colectivos que trabalham no âmbito anti-repressivo e de defesa das liberdades democráticas.

<http://www.ceivar.org/linques.htm>



Polícias municipais de Ourense irrompem violentamente numha ceia organizada pola Esmorga e identificam @s sóci@s

As proximidades do Dia da Pátria parecem fomentar a proliferação de incidências repressivas ocasionadas polas FSE contra todo o que ula a reivindicação autodeterminista. O turno tocou-lhe ontem ao centro social A Esmorga de Ourense, recentemente reaberto trás a clausura governativa. Efectivos da Polícia municipal que dirige o alcalde Manuel Cabezas (PP) irrompiam violentamente na ceia organizada polo centro social no Parque da Sapatilha e procediam à identificação arbitraria dos seus sócios e sócias.

A Esmorga vinha de organizar umha rondalha polas ruas de Ourense para celebrar o Dia da Pátria, trás a que se celebrava umha ceia no Parque da Sapatilha. Momentos após iniciar-se esta, agentes do corpo repressivo local personáram-se no citado lugar exigindo de modo intimidatório a identificação das pessoas que participavam na mesma. Lembramos que, segundo a lei vigente, este procedimento policial nom pode ser utilizado de forma indiscriminada e deve encontrar-se formalmente motivado pola possibilidade da comissom dum delito no lugar onde se realiza a identificação ou pola investigação daquel se se tiver cometido.

‘El Correo Gallego’ anuncia a existêncía dum seguimento policial permanente sobre vinte independentistas em Compostela

O operativo policial dessatado na capital galega por volta do Dia da Pátria alcança o seu cénite e demonstra o seu objectivo real nas proximidades do dia 25, umha vez ‘esquecida’ a versom oficial que o justificava num primeiro momento para "evitar roubos nas rebaixas" (sic) e controlar umha suposta maior "afluência de carteiristas" à cidade. O diário ultradireitista ‘El Correo Gallego’ anuncia hoje que a Polícia espanhola tem "perfeitamente controlados" vinte militantes independentistas. Fontes policiais referenciadas polo jornal confirmam a notícia.

Segundo esta mesma fonte, efectivos policiais estariam a praticar “identificações aleatórias” em toda a cidade e, particularmente, no casco histórico e as proximidades da Catedral onde o dia 25 se celebra a tradicional festa franquista do ‘Patrón de España’. De Ceivar tivemos conhecimento de que estas identificações supostamente aleatórias som sistemáticas para as pessoas que nestes dias tratam de difundir, infrutuosamente, a meio de cartazes e faixas a convocatória do Dia da Pátria realizada polas Bases Democráticas Galegas e os festivais musicais da mocidade independentista.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=430>

23 de julho do 2006

Activistas das BDG som perseguid@s por efectivos policiais esta madrugada no rural da comarca compostelana

O operativo policial que cerca e ocupa a capital galega nos últimos dias parece ter-se estendido a toda a comarca. Activistas das BDG que a noite passada tratáram de difundir a meio de cartazes a convocatória do Dia da Pátria em diversos termos municipais da comarca de Compostela fôrom seguidos e perseguid@s por agentes à paisana e carros policiais encubertos. Os incidentes ocorriam em Bertamiráns, O Seve, As Galanas, Montouto e O Castinheirinho.

Segundo nos informam compañeir@s de BDG, agentes provavelmente da Polícia espanhola encontravam-se presentes a madrugada passada em estradas comarcais, cruzamentos e vias secundárias do rural da comarca compostelana. A presença policial é mediaticamente justificada como parte dum ‘operativo anti-terrorista’, embora @s activistas das Bases Democráticas Galegas pudérom constatar que o interesse dos agentes à paisana era localizar os grupos de pessoas que difundem a convocatória pola Autodeterminação.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=431>

Concedem permissão carcerário a homicida neonazi enquanto se priva de direitos legais a independentistas galegos presos

Diferentes varas de medir. Assim se sintetiza o funcionamento da Justiça espanhola em função do perfil dos seus processados. O militante neonazi Ricardo Guerra, condenado a 17 anos de prisão pelo assassinato em Madrid do afeccionado da Real Sociedad Aitor Zabaleta, sairá do cárcere em Setembro com um permissão após 8 anos de reclusão. A Secção 5ª da Audiencia Provincial de Madrid concede a inapelável medida contra o critério do Julgado de Vigilância, o fiscal e a Junta de Tratamento da prisão de Soto del Real.

Enquanto a Justiça do Reino de Espanha libera o assassino de Zabaleta, mantém a prisão sem juízo desde há hoje 365 dias e a centos de quilómetros da Galiza os cidadã(s) galego(s) Giana Gomes e Ugio Caamaño, vulnera o direito legal de ambos a permanecerem num centro penitenciário situado na CAG, prolonga artificialmente o regime de prisão preventiva e limita as suas visitas, correios e comunicações externas. A realização de estudos, a “boa conduta” (sic) e a plena integração social são suficientes para a Justiça espanhola abrir as portas da cela a um neonazi sentenciado por assassinato, mas não garantem, nem sequer, os mais elementares direitos penitenciários da legislação espanhola a quem se encontra em prisão pela sua militância independentista galega.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=432>

24 de julho de 2006

Publicamos a comunicação de Ceivar à sociedade independentista com motivo do Dia da Pátria

O organismo anti-repressivo vem de transferir às organizações juvenis independentistas AML e Briga que esta noite organizarão sendos concertos e jornadas de luta na capital galega uma comunicação para a sua leitura pública. Sinteticamente, o documento de Ceivar é uma análise da actual conjuntura repressiva para o independentismo e os principais repto(s) que se apresentam na mesma.

A comunicação de Ceivar ao público assistente aos festivais da juventude independentista no 25-J pode-se consultar em :

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=433>

27 de julho de 2006

Agentes do 092 de Compostela agredem parolista de jovens após emitir comentário homofóbico

Segundo parece, Polícias municipais e espanhóis tiveram ‘balcão livre’ nos dias do operativo de vigilância montado por volta do Dia da Pátria. Junto a outras vulnerações das liberdades democráticas, algumas denunciadas neste web, efectivos do 092 demonstravam que a homofobia não fica à margem do seu curriculum e práticas. O presidente da MNL Carlos Callón e o seu companheiro eram agredidos por agentes do corpo repressivo local quando na madrugada de 22-J exigiam explicações a um agente policial pelo comentário homofóbico que acabava de emitir.



O incidente provocado pelo 092 iniciava-se com o comentário em espanhol “Olho, som gais... O problema é que gostades do meu companheiro!”, emitido por um agente municipal após olhar o presidente da MNL e o seu acompanhante saírem dum local hostelero compostelano por volta das 05:30 h. Segundo afirma Callón, após o citado comentário dirigiu-se ao agente para solicitar explicações e o seu número de placa identificativo “com absoluta educação” e foi objecto da acção policial que vem de denunciar.

O presidente d'A Mesa era agarrado com força e abalado ao tempo que se lhe exigia o bilhete de identidade. "Metérom-me no furgom e levárom-me à esquadra. Na furgoneta mantivérom-se incomunicado como se acabasse de cometer um delito. Nem sequer me deixárom falar com meu noivo", assevera Carlos Callón, que vem de apresentar umha denúncia pola actuaçom policial avalizada por um parte de lesons. O companheiro do presidente da MNL também resultou atacado polos policías.

Boga, Colectivo Gai de Compostela, Aturujo e Movimento polos Direitos Civis denunciárom publicamente a agressom policial. Fôros de Internet como o que aparece no linque colocado ao pé desta notícia achegam versons presenciais dos factos resenhados.

<http://www.elcorreogallego.es/index.php?idEdicion=218&idNoticia=68144>

28 de julho do 2006

Ceivar socializa as principais linhas de trabalho anti-repressivo nas mobilizaçoms do Dia da Pátria

Ceivar participou de modo muito activo neste Dia da Pátria de 2006 projectando o seu discurso e reivindicaçoms sobre o conjunto da base social nacionalista sem exclusoms por motivos partidários. Assim, tanto a mocidade independentista convocada aos festivais celebrados, quanto @s 17.000 manifestantes do BNG, @s 520 mobilizad@s por BDG e @s 150 que respondérom ao manifesto 'Polo nosso direito a decidir' inspirado pola FPG tivérom conhecimento das principais dinâmicas em que agora mesmo se envolve o nosso trabalho anti-repressivo.

A jornada na que participárom militantes e voluntári@s de Ceivar iniciava-se na tarde de 24 de Julho com a posta em andamento dum 'dispositivo anti-repressivo' focado a dar cobertura legal a pessoas que fossem detidas polas forças de ocupaçom como resultado de actividades ligadas à nossa jornada de luita nacional e, aliás, responder solidariamente na rua perante sucessos destas características. Advogados do organismo popular anti-repressivo deslocavam-se à capital galega para fazer frente a eventuais incidentes repressivos, embora, finalmente, nom se produzírom sucessos significativos ao respeito.

A presença de voluntári@s de Ceivar com carautas amordaçadas pola bandeira de Espanha tivo um sucesso importante na socializaçom das duas reivindicaçoms apontadas entre a base social nacionalista. Prova do afirmado é a quantidade de pessoas que da manife do BNG mostrárom a sua adesom e tirárom fotos do protesto, os gritos de 'Amnistia Total!' coreados pol@s manifestantes de FPG ou o aplauso unânime dado à reivindicaçom pol@s assistentes à mobilizaçom das BDG que, aliás, gritárom palavras de ordem exigindo a liberdade de Ugio Caamaño e Giana Gomes.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=435>

4149 pessoas encontram-se privadas de liberdade nas prisons situadas na CAG

O Estado espanhol gire e analisa constantemente umha quantidade enorme de dados com o intuito de conhecer a realidade social sobre a que tem competência normativa e aplicar em cada momento políticas e medidas adequadas à permanência do status quo vigente. Os centros de privaçom de liberdade nom escapam a essa dinâmica geral de seguimento e análise como demonstra a Memória 2005 da administraçom do Estado no nosso País.

Segundo o documento que ontem apresentava publicamente o delegado de Espanha na Galiza administrativa, Manuel Ameijeiras Vales, em 31 de Dezembro de 2005 o Estado mantinha absolutamente privadas de liberdade 4149 pessoas nos cinco cárceres que tem instalados na CAG, sendo homes 3929 dos presos e 220 as mulheres. A apresentaçom da Memória 2005 fazia-se perante responsáveis e representantes dos Ministérios espanhóis e outros organismos estatais.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=436>

Reforma legal promovida pola administración da CAG potencializará os aspectos mais coactivos do 092

Em múltiples ocasións temos denunciado deste portal o papel fundamental que nos principais núcleos urbanos do País xogan as Polícias municipais na práctica da repressom de baixa intensidade e a súa estreita colaboración con as Forças e Corpos de Segurancia do Estado. Umha lei em preparación por parte da administración autonómica que se aprovará antes de finais de ano visa a potencialización destas funcións e o reforzamento das liñas de colaboración entre as Polícias Locais (PL) e a Guarda Civil e a Policía española.

O anteproyecto de lei pretende, segundo afirma o web oficial da administración das catro 'provincias' galegas, "melhorar a profesionalidade dos funcionarios que forman estes corpos" integrados na actualidade por umha cifra próxima dos 2500 policías. Aliás, a potencialización das relacións de colaboración das PL com as FSE figura entre os obxectivos prioritários do texto legal em gestación.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=437>

Jornal soberanista Novas da Galiza é processado "por calúnias" tras publicar reportagem sobre o SVA

Que a difusom livre de informaçom e opiniom é ainda um horizonte lonjano na democracia española é um dado que nom escapa a nengumha pessoa que trabalhe em meios de comunicaçom alternativos. Trás a clausura policial do sitio web da AMI e os ataques reiterados ao portal de informaçom galizalivre.org, agora parece ter-lhe tocado o turno ao jornal mensal NOVAS DA GALIZA. Segundo informa o nº 44 da publicaçom, o SVA vem de denunciar "por calúnias" o periódico soberanista.

O Julgado de Instruçom nº 1 da capital galega tramita desde há semanas umha denúncia penal apresentada por um agente do Serviço de Vigilancia Alfandegueira (SVA) por umhas supostas calúnias publicadas no número 30 de NOVAS DA GALIZA. Resenhamos ao pé desta informaçom o linque onde se pode consultar a informaçom que está no centro da polémica. A reportagem aludida desenvolve a existência de contactos entre a citada agência e a direcçom da empresa de náutica desportiva Rodman Polyships que teriam frustado umha operaçom contra o narcotráfico preparada polo corpo de vigilancia. Segundo assevera o jornal galego, as suas pesquisas contárom com entrevistas jornalísticas a diferentes fontes, apoio documental, testemunhas e material hemerográfico "que permitírom revelar em exclusiva prácticas irregulares de integrantes do SVA desconhecidas para a opiniom pública". De Ceivar informaremos da evoluicòm deste processo judicial contra o jornal soberanista em quanto se produzam novos acontecimentos.



30 de julho do 2006

Dirigentes do BNG assistem à homenagem a um alto mando da Policía española

A posicòm face os aparatos repressivos do Estado de individualidades e colectivos foi sempre, e é-o também hoje em dia, umha nítida linha demarcativa que, como test inapelável, diferencia a esquerda do que nom o é, o nacionalismo das versons mais ou menos edulcoradas ou extremas de autonomismo. Elvira Cienfuegos, Xosé Manuel Iglesias e Encarna Otero decidiam antonte cruzar esse rubicom e seguir o ronsel inaugurado no seu dia polo alcalde viguês, Lois Castrillo, quando homenageiava à Guarda Civil no 'Día de la Hispanidad' e inaugurava a presenza de nacionalistas em actos de reconhecemento às FSE.

O Hotel Araganey da capital galega acolhia a pasada sexta-feira umha homenagem a Enrique de León Calviño, comisário chefe da Policía española em Compostela entre 2001 e 2006 e elemento essencial para explicar o incremento da presenza policial em Compostela, as limitaçoms crescentes ao exercicio de direitos fundamentais e os principais episodios repressivos acontecidos durante o período. León Calviño conta no seu haver com quarenta anos de serviço na Policía española à que se incorporou muito jovem durante a ditadura militar.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=439>

31 de julho do 2006



AI exige a Madrid que suprima o regime de incomunicação de detid@s

A inclusom do regime de incomunicação de pessoas detidas na legislaçom interna do Estado espanhol é umha porta aberta à prática da tortura, os maus tratos e a impunidade em dependências policiais, carcerárias e centros de reclusom de menores. A cada som mais vozes as que demandam de Madrid a supressom da detençom incomunicada e o restabelecimento de todos os direitos para as pessoas objecto de detençom.

A ONG Amnesty International reclamava no passado dia 27 ao Executivo de Rodríguez Zapatero que suprima o regime de incomunicação na Lei de Enjuizamento Criminal (LECr) por entender que dá via livre à tortura e outros tratos inumanos e degradantes por parte de funcionári@s do Estado nas pessoas que som objecto de detençom ou retençom. Aliás, AI exige a reforma da Lei de Cooperaçom com a Corte Penal Internacional com a fim de “garantir o princípio de jurisdiçom universal”.

<http://www.ceivar.org/principal.php?pagina=nova&id=440>